



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA NÚMERO DEZANOVE

Aos dezassete dias do mês de Dezembro de dois mil e quatro, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Sessão Ordinária, para o que tinha sido convocada pelo seu Presidente, nos termos da Lei, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da acta da sessão anterior;

2. Período de antes da ordem do Dia:

3. Período da Ordem do Dia:

3.1. Apreciação e Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2005.

3.2. Apreciação e Aprovação da proposta da Câmara Municipal sobre alteração ao nº 9 do Regulamento do PERID.

3.3. Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara.

3.4. Alteração ao nº 2 do artigo 38º dos Estatutos da COMURBEIRAS.

4. Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.

Aberta a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal endereçou os cumprimentos a todos.

Estavam presentes os seguintes Senhores Deputados: Irene Paixão dos Santos Leitão dos Santos Leitão, João Adelino Paixão Salvado, Albino Saraiva Cardoso, Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Umberto Massano Leitão, João Lucas Leitão, Germano de Jesus Mamede Cleto, António Lívio Martins Roque, Germano da Graça Morais, Fernando Manuel Serra Carvalhinho, José Gabriel Cleto Lopes da Rosa, João Clara de Assunção, Fernanda Isento Pereira, José Manuel José Manuel Novo de Matos, Luís Inês Ferrão, José Quaresma Domingos, Francisco Martins Lucas e Joaquim Fernandes Albuquerque. Foram considerados de acordo com a Lei os pedidos de substituição previamente solicitados pelos Senhores Deputados José Fernando Carona Leitão, Delfina da Graça Matos Guedes Monteiro e Lúcia Fernandes Almeida Paiva.

1. Aprovação da acta da sessão anterior.

O Senhor Presidente da Assembleia começou por informar todos os presentes de que iria ser posta à votação a acta nº 18 referente à sessão extraordinária desta Assembleia realizada no dia 28 de Outubro de 2004.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, usou da palavra para referir que existe uma menção na acta da sessão anterior que deve ser retirada porque, está fora do contexto e não tem sequência lógica, pois não era nessa acta que devia constar, deveria sim ter constado na acta imediatamente anterior, onde foi discutida a titularidade de um bem do domínio privado da Autarquia. Após este esclarecimento, foram as mencionadas referências ao assunto, retiradas.

De seguida foi posta à votação a acta pelo Senhor Presidente da Assembleia, tendo obtida a seguinte votação: 7 votos contra; 3 abstenções e 9 votos a favor. Foi esta acta aprovada por maioria.

O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso apresentou uma Declaração de voto do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Partido Socialista, que passou a ler e que a seguir se transcreve.

DECLARAÇÃO DE VOTO

“Acentua-se a discriminação.

Inadmissível, intolerável, impraticável.

Chega a parecer doentio. Porquê? Será que a verdade dói tanto? Será que tem persistentemente de ser escamoteada? Onde estão os princípios que regem a forma, leia-se verdade, de elaboração de uma acta?

Não fosse omitida e resumida a explanação da conveniência e justeza das revisões orçamentais, e a pergunta clara e inequívoca da diferença entre o Resultado Líquido do exercício de 2003, cerca de 316.000,00 euros contra os cerca de 296.000,00 euros de Resultados Transitados, constantes da proposta de revisão orçamental e provavelmente esta declaração não teria surgido.

Contrasta efectivamente com a resposta/esclarecimento textual e em destaque, galhardo e corajoso, do Senhor Rui Susano, que apesar de nunca ter sido posta em causa a execução técnica e o imperioso legal, antes pelo contrário, surgiu em plena Assembleia a substituir o poder político e a justificar o que o Partido Socialista sempre tem defendido: a conveniência e necessidade das revisões orçamentais.

Esta, foi uma situação caricata, tanto mais que, a única coisa que a Assembleia queria ver esclarecido, era o que estava a ser feito com a diferença de cerca de 20.000,00 euros e qual a aplicação que o executivo pretendia dar-lhes. A resposta não surgiu e até hoje, esse valor continua incógnito.

Era única e simplesmente uma questão de operacionalidade e isso compete ao executivo municipal, não ao técnico responsável pela escrituração contabilística.

Se mais não pedimos, mais não exigimos, mas pelas razões apontadas, não podemos dar o nosso voto à aprovação da presente acta”.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia informou os Senhores Deputados de que podiam consultar o Parecer sobre o Orçamento de Estado, elaborado pela Associação Nacional de Municípios.

O Senhor Presidente solicitou ainda a todos os presentes, que quisessem usar da palavra neste período fizessem o favor de se inscrever.

Ninguém se inscreveu para usar da palavra.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Apreciação e aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2005.

Usou da palavra o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso para agradecer a carta que lhe foi enviada para apresentar sugestões para a elaboração do plano de actividades de 2005. Acrescentou que esta solicitação por parte da Câmara, não obteve qualquer resposta, porque já fez outras sugestões, nomeadamente em 1994, e que até hoje não mereceram qualquer tipo de acolhimento pois, continuou o Senhor Deputado “se passados 10 anos, não é atendida qualquer sugestão, nós questionamos sobre a conveniência ou não, de fazer sugestões”. No entanto, salientou que “algumas já foram apresentadas nesta Assembleia e outras através de um abaixo-assinado e até hoje também não houve sequer a mínima resposta.” No que diz respeito ao que foi apresentado, e aqui o reconhecimento da intenção da Câmara, sobressaem na inscrição do Orçamento as intenções de obras no âmbito da solidariedade social, onde se vêem várias actividades e onde se tenta complementar, e bem na minha perspectiva, aquilo que vem sendo feito. Peca no entanto, isto sem estar a mencionar as obras que estão discriminadas, pela ausência de uma política de desenvolvimento para o concelho, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

contemple para além de outras intenções, a prestação dos jovens e a criação de emprego. Parece que são 2 situações que podiam ser salvaguardadas e não as vemos contempladas”. Relativamente ao inscrito no Orçamento e com referência às obras, em primeiro lugar, referiu que “ficou admirado ao ver inscrito o montante de 1.856.295,00 €, na rubrica “Outras”. Isto porque “Outras” é uma inscrição não discriminada, incerta, que ninguém sabe à partida, qual vai ser a aplicação e finalidade dessas verbas.” Aproveitou então para questionar sobre qual o destino desse montante, “pois são quase 400 mil contos na moeda antiga e é um montante elevado inscrito em orçamento para ser maleavelmente utilizado na gestão que a Câmara pretende fazer.” Relativamente ao Bairro do Outeiro, disse que o mesmo vem atrasado pelo menos um ano, enquanto a programação financeira da Câmara rondava os 556.000,00 €, para 2004 e 2005, agora um ano depois está nos 764.000,00 €. Acrescentou ainda que a inscrição da verba no PERID e fachadas, estão inflacionadas relativamente à intenção do ano que está a acabar e que se verifica que relativamente ao Campo de Golf e Piscina, isto apesar dos custos prévios que estão previstos, tem uma inscrição de 600 mil Euros, que vem inflacionada, o que vem fazer a diferença entre o que foi orçamentado para o ano passado e o orçamentado para o próximo ano. “Logo não se vê nenhum valor acrescentado em relação a estas questões. Isto entre outras que não vale a pena estar a mencionar.”

Sobre o ponto em discussão o Senhor Deputado José Manuel José Manuel Novo de Matos usou da palavra para dizer que em termos de informação que lhe chega, uma vez que não reside diariamente em Manteigas, e é aí que se denota uma grande ambiguidade e o seu grande choque, isto porque vem recebendo informações, quer através do jornal, quer através de pessoas amigas e através dos várias actas das reuniões e das comunicações e dos convites enviados, e aí um indivíduo, pensa que Manteigas se tornou um centro de referência, de cultura, com grande dinamização e com uma grande capacidade de desenvolvimento na fixação de pessoas e no turismo. Tudo a funcionar muito bem. Só que depois, se dirige a Manteigas, actualmente e infelizmente, uma vez de três em três meses, e fala com as pessoas que vivem cá. Claro que isto não tem que ver com ideologias políticas, nem com partidos, pois fala com todas as pessoas. De facto, as pessoas jovens dizem-lhe que têm de se ir embora, que não existe cá nada para fazer, que não existe saída nenhuma. Os mais idosos dizem-lhe que isto é uma desgraça. As pessoas que têm lojas, dizem-lhe que está cada vez pior para o comércio, que não existe ninguém para comprar. Turismo não há, porque não se desenvolveu o turismo. Os restaurantes estão todos a fechar. As pensões existem, mas não têm lucro nenhum, depois fica triste. Pois parece que há um certo anacronismo entre o que lê e o que presumo que é verdade, pois as pessoas que estão na Câmara estão imbuídas do melhor espírito, sejam deste partido, sejam doutros partidos. Depois na prática, embora possa estar convencido do contrário os “gestores” da Câmara, na sua opinião, não estão a desenvolver Manteigas. Admite, por outro lado que pode estar enganado, pois a apreciação feita é subjectiva, é a sua sensibilidade e das pessoas que com ele entram em contacto, pois não vive cá os 365 dias por ano. Referiu-se às opções do plano, dizendo que do ponto de vista teórico, eram perfeitas. Acrescentou ainda que se tem feito algum bom trabalho em relação às pessoas da terceira idade pois, isso é uma realidade, mas tudo isso está muito longe do que seria desejável. A sua análise baseia-se naquilo que vê e já foi executado, e deu os parabéns ao Partido Socialista, por ter dado a ideia de que o Senhor Presidente da Câmara vá informando de Assembleia Municipal para Assembleia Municipal, de tudo o que está em curso. Agradeceu também à Câmara que informa os Deputados sobre o que fez e do que não fez, bem como, do que está para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

fazer; traduzindo-se tudo isto numa mais valia para todos que fazem parte da Assembleia Municipal.

Prosseguiu o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, dizendo que é com base no relatório, que diga-se está muito cuidado, e que antecede a apresentação do orçamento, que vai tecer alguns comentários. Relativamente ao ponto deste relatório onde se refere que “as acções menos materiais, é que são importantes: como as dirigidas à educação, ao emprego, à formação profissional e acção social”, qualquer um pode dizer isto, o que é difícil é levar o que é dito, à prática. Referiu ainda que, pensa que o nosso Presidente descobriu o “Ovo de Colombo”, onde se refere que o “plano de desenvolvimento social” que pretende apresentar em breve, elegerá três eixos fundamentais para o desenvolvimento sustentável do Concelho: o despovoamento e envelhecimento populacionais, a formação e requalificação do emprego, turismo e ambiente. Pois não sabe como é que isto vai ser feito. O Senhor Deputado José Manuel José Manuel Novo de Matos colocou então três questões:

No que respeita ao Plano de Pormenor da Penhas Douradas, pois pertence à comissão de acompanhamento do Plano, e nunca durante este tempo todo, trabalhou para isto, pois nunca recebeu nenhuma missiva para participar nessa comissão. Porque é que nada funciona, e a partir de 2005 tudo vai funcionar? Referiu ainda o Senhor Deputado à questão das legítimas expectativas da candidatura do Vale Zêzere a Património Mundial. Pois pensa-se que será cumprido em 2005, o que não compreende. Explicou que sempre entendeu e defendeu na prática e não em teoria, o Vale do Zêzere, e isto desde há 25 anos, ano em que fundou uma Associação de Defesa do Ambiente e Património, e as atitudes que tem tido do Parque Natural e da Câmara, é que não querem saber do Vale do Zêzere. Pois durante vários anos aquela Associação fez um levantamento, um inventário pormenorizado sobre as cortes em degradação no Vale, que se mantinham de pé e activas, que tinham um objectivo e segundo o Parque Natural, de apoio à agricultura e/ou ao pastoreio. Também nestes últimos anos e quando foram adquiridas cortes para fazer uma casa de apoio a actividades ligadas à preservação do ambiente da Associação dos Amigos da Serra da Estrela, esta Associação teve vários problemas, assim como teve de realizar vários protocolos com o Parque Natural da Serra da Estrela e com a Câmara e aquilo ficou com um objectivo bem definido. Isto seria a excepção, pois todas as outras cortes seriam para apoio da pastorícia. Pois o único objectivo era só ali levar pessoas, para incentivar a preservação do ambiente, e outras finalidades com ela relacionadas. Passados uns anos verificou-se, que se passaram a construir casas, sem qualquer licenciamento, e licenciaram-se casas para habitação própria e utilização do turismo, e sempre com a anuência do Parque e Câmara, tentando destruir todo o Vale do Zêzere. E mais, continuou, houve várias propostas, não sabendo ao certo, se deste ou de outro executivo anterior, para electrificar todo o Vale. Isto, parece tudo aberrante. Pois devem ter noção sobre o que é levar um determinado local a Património Mundial.” Referiu ainda que espera conseguir ver todas as obras referidas naquele relatório, realizadas no ano de 2005.

Por outro lado pensa que o Campo de Golfe, é uma “brincadeira para Vale de Amoreira”, pois vai ser um desastre para aquela Freguesia, e ainda vai sobrar de forma negativa para aquela localidade, pois mereciam muito mais do que um campo de Golfe, e enquanto localidade mereciam desenvolver-se tanto económica, como turisticamente.

Continuou o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos para dizer que algo de positivo, ocorreu na Escola de Hotelaria, onde decorreram obras para abrir a sala de informática. Por fim, referiu que chegou a Manteigas em Dezembro de 1979 e desde então, e isto nada tem que ver com partidos mas sim com pessoas, se discutia que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ETAR não funcionava, que era preciso fazer uma outra e que, fazer obras não valia a pena. Agora voltámos, aqui no plano para 2005, a ouvir a intenção das obras na nova ETAR. De certeza que vão avançar em Novembro de 2005. Referiu ainda que por esse motivo não vai aprovar o plano, não por estar a pôr em causa as boas intenções, mas o que o preocupa, são as coisas práticas. Não sabe quais as razões dos que estão sentados nesta Assembleia, pois a sua razão é Manteigas. Pois é por muito amor que está em Manteigas. Sugeriu então que, os Deputados se despissem do emblema partidário e respondessem se neste momento, depois de duas Câmaras P.S.D. e não sei quantas do P.S, Manteigas está melhor do que há quatro anos atrás. Se responderem que sim, pede desculpa, por ter estado a falar este tempo todo, porque só disse asneiras e não tem razão; se disserem que não, dão-lhe razão.

O Senhor Deputado Germano da Graça Morais usou da palavra para fazer a seguinte pergunta:

Desejo saber porque é que para Freguesia de Sameiro é atribuída para a limpeza urbana, uma verba de 37.394,00 € e para a Freguesia de Vale da Amoreira para a mesma limpeza urbana é atribuída uma verba de 10.531,092 €. Referiu ainda que existe aqui uma desigualdade da ordem dos trinta e poucos por cento. Perguntava então ao Senhor Presidente da Junta de freguesia de Vale de Amoreira se já tentou saber se se justifica esta desigualdade ou se por outro lado, haverá algum lapso. Pois, pelo que sabe, a densidade populacional de Sameiro não é assim tão superior à de Vale de Amoreira.

O Senhor Deputado Germano de Jesus Mamede Cleto referiu que concordava com o que disse o Senhor Deputado José Manuel José Manuel Novo de Matos, pois estamos aqui todos por amor à terra. Reafirma o que ele disse e não duvidando das boas intenções de quem fez estas propostas, chamou também à atenção para a circular externa ao Centro Histórico, e falou das suas reservas quanto ao campo de Golfe. Falta aqui uma preocupação crucial que não está suficientemente bem expressa, ou seja, o potenciar do desenvolvimento industrial e económico de Manteigas. Com a abertura dos têxteis à China, Manteigas tem um futuro sombrio, relativamente à indústria. Entretanto também sabemos que a Câmara não se pode substituir aos agentes económicos, mas tem que potenciar o Parque Industrial, perante as condições do nosso Concelho. Pois para o Senhor Deputado é crucial, e isto parece que não está suficientemente expresso no plano.

Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente José Manuel Saraiva Cardoso para solicitar ao Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso um esclarecimento quanto ao montante que mencionou como inscrito na rubrica “outras”. O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso esclareceu que o montante que referiu corresponde à soma de várias rubricas de “outras” inscritas ao longo de todo o Plano. O Senhor Vice-Presidente José Manuel Saraiva Cardoso referiu que vai pedir ajuda ao Senhor Chefe de Contabilidade para explicar esses valores. Agradece por outro lado os apoios à Acção Social, que os Deputados intervenientes elogiaram. Agradece ainda as sugestões que foram apresentadas pelas Juntas de Freguesia, pois procurou-se complementar as sugestões que foram apresentadas. Relativamente à fixação de jovens e criação de emprego referiu que, nunca ninguém esteve tão preocupado, como esta Câmara, ao apresentar um programa, antecipando eventuais problemas, que todos pressentimos no nosso Concelho. E isto ao apresentarem uma candidatura que se chama: projecto de reconversão e requalificação dos trabalhadores de Manteigas, que pode trazer 250 mil contos. Para além disso, há mais de uma dezena de cursos de formação, como por exemplo, sapadores florestais, entre outros. Todas estas candidaturas visam potenciar o desenvolvimento de Manteigas. O nosso Concelho vai no sentido de criar condições para que haja mais competências



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

profissionais, pois só assim pode haver a criação de riqueza e emprego. No que toca ao Bairro do Outeiro, que tem sido uma questão cheia de vicissitudes, pois o projecto foi feito pelo GAT, e os valores calculados da despesa acabaram por ultrapassar um pouco os limites que estavam estabelecidos em lei. Também na abertura do concurso, as propostas ultrapassaram esses valores e não se conseguiu, em dois concursos públicos, que o INH desse acolhimento aos valores que surgiram em concurso público. Foi necessário que aparecesse legislação nova e revogar a legislação anterior "PRO HABITA", e então já temos o consentimento para assinar novo acordo com o INH, onde os valores de habitação social subiram significativamente, e onde cabe perfeitamente a construção do Bairro Social. Sobre o Campo de Golfe e Piscina referiu que a piscina teve a evolução conhecida; a inviabilização do ringue de gelo, vai proporcionar que se proponha um novo programa para aquele complexo acrescentando-lhe uma parte lúdica e parte termal e uma de banhos quentes, fisioterapia, salas de massagem, unidade recreativa e também uma unidade de saúde, o que se traduz num acréscimo de interesse significativo para a nossa população e turistas, além de que vem criar atracção junto da população de concelhos vizinhos. O nosso Plano tem vindo a acrescentar e a melhorar diversos aspectos, que o têm enriquecido. Na sua opinião o grande defeito do plano é ser ambicioso, mas acha que nada se consegue sem ambição. Nesta fase do processo verifica-se que têm cerca de 40 candidaturas aprovadas, outras a aguardar despacho, cerca de 300 mil contos de reembolsos de diversos programas que ainda não foram recebidos, mas em muitas situações as obras já foram realizadas, mesmo sem esse recebimento prévio. Portanto, temos de gerir os nossos recursos com toda a cautela, temos gasto o nosso dinheiro com parcimónia, utilizando-o principalmente nas situações, onde temos garantias de aprovação de candidaturas, isto em prejuízo de alguma eficácia. É relativamente fácil gastar dinheiro, mas o nosso objectivo é fazer melhor e aproveitar ao máximo os fundos que existem e nas candidaturas que com muito trabalho temos apresentado. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado José Manuel José Manuel Novo de Matos disse que, o Plano de Desenvolvimento Social, resulta de um trabalho da rede social, sendo um plano de cariz essencialmente social, vai beneficiar nalgumas situações, as famílias de Manteigas. Os planos a que o Senhor Deputado se referiu, foram na sua grande maioria prejudicados pela falta da cartografia digital, que actualmente já temos, agora não temos desculpa nenhuma para atrasar mais a execução desses planos. Relativamente à candidatura do Vale do Zêzere salientou que, é uma possibilidade que é admitida no plano estratégico de Turismo da Serra da Estrela e isso vai resultar da equipa que está a elaborar o Plano, ou seja, se o Vale do Zêzere ainda reúne condições para que essa candidatura seja uma realidade.

Relativamente à apreciação do Senhor Deputado Germano da Graça Morais, salientou que se utilizássemos o referencial "per capita" diria que Vale de Amoreira, está a receber mais em relação a Sameiro. Pois Vale de Amoreira, não está a ser prejudicada em relação a Sameiro, o que cabe explicar é que, o valor foi livremente negociado com as Juntas de Freguesia, e este ano já houve uma actualização de 3%, em relação aos anos anteriores.

Interveio o Senhor Deputado Germano da Graça Morais para dizer que o valor que há pouco indicou onde se referiu à diferença da distribuição de valores, não é de 30%, mas sim de 300%.

Respondeu o Senhor Vice-Presidente, para esclarecer que também a população de Sameiro é cerca de 3 vezes mais. Aproveitou também, para agradecer ao Senhor Deputado Germano da Graça Morais, o facto de ter escrito à Câmara a respeito da consulta que foi realizada relativamente ao Plano de Actividades.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Quanto à apreciação do Senhor Deputado Germano de Jesus Mamede Cleto, relativa à Via de Cintura ao Centro Histórico e Campo de Golfe, referiu que são apreciações que se respeitam, mas as negociações evoluíram com o IEP, no sentido de que este comparticipasse parte da obra, e dificilmente a Câmara está em condições de recusar a oferta de 300 mil contos para investir no Concelho, e concluiu dizendo que, considera que possa não ser a obra mais prioritária, mas de certeza que a obra irá ser realizada.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões e comentários proferidos pelos Senhores Deputados intervenientes. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado José Manuel José Manuel Novo de Matos, cabe salientar que ainda há bem pouco tempo, dois políticos em dois jornais da Região, disseram o seguinte: Não podemos continuar a ter um País com um interior abandonado como tivemos até agora. Significa isto que a sua apreciação cabe aqui ou em qualquer Concelho do Distrito ou Concelho do interior deste País. Não é Manteigas que é uma excepção. Relativamente a esta matéria, como Manteigas não é um ilha no interior de Portugal, acontece que efectivamente, temos exactamente os mesmos problemas, com os jovens, idosos e uma comunidade que não vê sustentado o seu desejo de melhor desenvolvimento equilibrado ao nível do investimento, cultura e diversão, ou seja, ao nível do que dito e reconhecido em Portugal, como sendo, um grande problema. De seguida perguntou ao Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos se teve oportunidade de verificar quais eram as receitas próprias desta Câmara?” Continuou o Senhor Presidente referindo que, as receitas próprias desta Câmara não chegam a atingir os 10%, as receitas transferidas do Estado representam uma boa fatia, mas a maior parte do que esta Câmara tem feito, tem sido com base nas 50 candidaturas a que esta Câmara tem concorrido, que vai pautar-se no fim deste mandato em cerca de 2,5 milhões de contos, que resultam de candidaturas ao III Quadro Comunitário. Portanto, quem vive assim, naturalmente tem de projectar a sua situação em função do que tem e em função de alguma utopia, como o já referiu o Senhor Vice-Presidente. Pois todos se lamentam, e com alguma razão; os jovens, os idosos, e também a população activa. Na verdade, a população activa também se lamenta seriamente, pois a média dos vencimentos que a população activa detém em Manteigas estão abaixo daquilo que seria desejável e da sustentabilidade natural, para quem quiser ter uma vida com dignidade igual à que merecem tantos trabalhadores de Portugal e da Europa. A Câmara nunca deixou de acompanhar as situações dos jovens e dos idosos. Para os jovens têm sido feitos programas especiais sendo que, neste momento a Câmara Municipal tem acompanhado cerca de 100 jovens, através de programa específicos, sendo que temos o Espaço Internet, com visitas acima daquilo que era imaginável e temos os jovens a ser por nós acautelados na Escola Primária, onde já foi colocada como disciplina, o ensino do inglês para todos, a ser pela Câmara suportado. Naquilo que pode, tem vindo, a ser feito pela Câmara Municipal, aquilo que é indispensável e possível. Acrescentou ainda que, relativamente aos idosos foi inaugurado o Centro de Dia de Sameiro, suportado integralmente pela Câmara Municipal. Estamos a apoiar o nascimento do Centro de Noite de Vale de Amoreira, uma obra que irá ser levada a concurso a breve trecho, que tem o apoio da Câmara Municipal. Estamos ao lado da Misericórdia em termos de apoios directos e naquilo que será o alargamento dos internamentos na Misericórdia, bem como a acompanhamos a Misericórdia quanto ao hospital de rectaguarda que queremos ver sustentado em termos de processo. Continuou dizendo que pode a Câmara estar longe do desejável, mas têm problemas que surgem, como por exemplo: prevendo a situação de alguma insuficiência acrescentada em termos daquilo que é a vida activa e industrial Manteiguense previmos isso e candidatámo-nos ao programa de apoio, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

especificadamente fomos encontrar, uma verba significativa para fazer um programa de mais de três anos, que vai ter um exercício continuado. De seguida o Senhor Presidente disse que foram feitos pedidos de colaboração a todos os presentes, relativamente a matérias a incluir no Plano de Actividades, que é um Plano Plurianual e que gostava de incluir se fosse possível, e se tivesse forma de o fazer. Referiu que efectivamente houve algumas colaborações, mas não houve tantas outras que seriam desejavelmente integráveis e que iriam, porventura, otimizar todo este processo. Assim não foi, mas de facto gostaríamos que assim fosse. O que foi apresentado e relativamente às matérias que citou o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, parece que Câmara estava a fazer tudo no último ano. Mas quanto a isto, o Senhor Presidente disse não concordar, com aqueles que dizem que os partidos são caixas de ressonância das Câmaras Municipais, pois ele não é caixa de ressonância de um Partido. Por outro lado disse que vai fazendo o melhor para o futuro de Manteigas, pois as propostas apresentadas são as que lhe parecem melhores. Não guarda tudo para a última hora, há quatro anos apresentaram a generalidade destes processos e estas coisas instalam-se de baixo para cima, vêm-se materializando gradualmente todas as propostas. Pois quem não tem, não tem para distribuir. Há matérias como as Penhas Douradas, que são uma matéria linda no espaço difícil de tratar, pois estamos a falar de um terreno baldio, um terreno sob a égide dos 800 metros de altitude, e que pretendemos qualificar. Por isso mesmo foi encomendado um estudo à UBI, que ficou impraticável, porque a cartografia de base não era sustentável, de molde a que fizesse o plano de pormenor. Só que depois saiu legislação sobre o ordenamento do território, em que se previu que as coisas podiam ser realizadas de forma diferente. Uma das questões que se colocou de novo foi a existência de cartografia digital, que vem possibilitar um avanço em parceria com as Juntas de Freguesia, com as comissões de compartes e a empresa Turistrela. Este Plano, como todos os outros, como o Plano de pormenor e urbanização e o Plano Director Municipal, estão encaminhados para que continuem, sabendo nós que estas coisas são difíceis de acompanhar. As comissões de acompanhamento dirigidas pelo Ministro da Tutela têm vindo a mudar consecutivamente, pois nos últimos 3 anos tivemos 3 Ministros e Secretários de Estado diferentes. Como sabem tudo tem de cumprir processos, pois um plano Director Municipal ou um Plano de Pormenor, nunca estará pronto antes de passados 2 anos, depois de ter sido levado à prática todo o seu processo. No toca à candidatura do Vale do Zêzere a património mundial, em que acha que é uma pérola do nosso território, acredito que foram feitas muitas tropelias no Vale do Zêzere, até designadamente pela sua Associação que fez obras na casa sem licença Camarária.

Interveio o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos para dizer que não comenta esta afirmação, pois é muito grave o que a Câmara fez.

O Senhor Presidente da Câmara disse que preservar o ambiente e não fazer nada foi uma coisa que sempre contestamos, pois muita gente acha que o Parque Natural é demasiado limitativo, mas mesmo assim, temos de cumprir as regras. O Senhor Presidente referiu ainda que, encomendou, com outros Municípios da Serra da Estrela, o Plano Estratégico para a Serra da Estrela à UBI sendo que este Plano estratégico, possui uma componente que se traduz na apresentação à UNESCO, da candidatura do Vale do Zêzere a património mundial. Explicou então que a candidatura está dependente de 2 coisas: por um lado, se essa apresentação a património mundial é tão limitativa para Manteigas que não vale a pena apresentá-la, ou se por outro lado é efectivamente uma componente estratégica que ajudará Manteigas e a Serra da Estrela. É um processo que já foi apresentado na UNESCO pela equipa que está tratar do plano estratégico. Desse plano estratégico resultará ou não a candidatura, a Património Mundial do Vale do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Zêzere.

Relativamente ao Campo de Golfe, dizem os entendidos que os campos de Golfe, não são uma praga contra o ambiente, e do seu ponto de vista também não são; são sim, e por outro lado, vistos como um exponencial possível para o desenvolvimento do Turismo, que é aquilo que se pretende. Sendo que as Penhas da Saúde irão ter um enorme desenvolvimento, porventura com um novo hotel, ou com um Casino, se nós em Manteigas, vamos ter o Centro Lúdico Termal, nas Termas de Manteigas; se temos São Gabriel, que do ponto de vista do executivo, é uma matéria a retomar; se temos o Ski Parque, que é uma matéria a potenciar; se temos Vale de Amoreira, com a possibilidade de dar à estampa outros investimentos ao nível do turismo, pode daqui o Executivo retirar que tudo isto se traduz numa forma de intervir para que os mais jovens se possam sentir atraídos e os mais velhos possam ver a sua vida qualificada. Relativamente à ETAR, referiu que existia uma ETAR que, estava prevista para Vale de Amoreira e que iria servir o Concelho de Manteigas. Só que a Freguesia de Vale de Amoreira, designadamente a sua Junta de Freguesia, e juntamente com a Câmara, entendemos que a localização da ETAR, no local onde estava prevista, iria deixar de fora uma boa parte da Freguesia de Vale de Amoreira ou seja, o Cabecinho. Por deixar de fora o Cabecinho, um conjunto de cidadãos de Vale de Amoreira, com a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, dirigiram-se à empresa das Águas do Zêzere e Côa, e entenderam por bem, propor-lhe uma deslocalização que foi aceite por esta empresa. De salientar que as candidaturas de tudo o que é saneamento na Beira Interior, é realizado através das Águas do Zêzere e Côa, e é aprovado em Bruxelas pelo programa específico de apoio ao ambiente. Só que ao alterar-se a localização do projecto, pode perder-se toda a valia de todo esse projecto. Significa isto que todo o sistema de abastecimento do concelho de Manteigas, poderia ser inviabilizado em termos de financiamento pela Europa, caso não houvesse uma maneira segura de conduzir o processo, e por isso falou-se com a empresa e com a Câmara da Guarda e entendeu-se que era possível e desejável que esta ETAR fosse para a localidade de Valhelhas. Esta ETAR, acrescentou o Senhor Presidente, está em projecto de execução e estará pronta no ano de 2005. Relativamente ao Plano referiu que se está a dar continuidade ao plano, isto porque é um Plano Plurianual, que não vai ser interrompido. No que toca à circular externa de Manteigas, referiu que a mesma tem o objectivo de devolver o Centro Histórico à sua missão mais nobre, e criar alternativas para a circulação. De seguida explicou que em determinada altura colocou-se a questão de saber quanto é que custa e quem é que vai pagar. Se a Câmara tiver de pagar uma obra destas, e estamos a falar de 3 milhões de Euros, a Câmara não tem possibilidade de dar prioridade a uma obra destas, é inquestionável. Agora à Câmara põe-se a questão de outra maneira, ou seja: O Instituto de Estradas de Portugal não se importa de municipalizar uma parte da via nº 232, mais uma parte, já urbana, da nº 338, e por aí deixar que a Câmara Municipal, seja candidata absoluta ao Eixo III de Acessibilidades, podendo assim candidatar-se a 50% dos 3 milhões de Euros para este efeito. Assim se é útil em termos de Manteigas, e se existem verbas que nos são permitidas adquirir através desta candidatura, e se com isto não retardarmos pontos negativos para o Concelho, parece-nos a nós que esta circular externa ao Centro Histórico será uma mais valia para Manteigas e custará menos de metade, do que custaria se fossemos nós a promovê-la. Se estamos a pensar fazer da Beira Interior Norte e da Serra da Estrela, um núcleo de pressão, esta dimensão é a mínima exigível para conseguirmos ter uma perspectiva de desenvolvimento turístico. Se a indústria na sua forma mais tradicional está a atravessar os piores tempos, se tudo isto é verdade, e se estamos a apostar em todos os projectos previstos no Plano, para que Manteigas, com todos os Concelhos da Serra da Estrela,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

possam ser um destino turístico de sediação e não só um lugar de passagem, este Plano, pela sua configuração, é uma resposta adequada, e do nosso ponto de vista é sério e correcto, para dar satisfação a um conjunto de problemas que são bem graves e que existem em Manteigas, na Serra da Estrela e no Interior do País.

O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso interveio para dizer que, relativamente aos cursos que foram promovidos há alguns anos atrás, nomeadamente, um de carpintaria, não viu nenhuma eficácia. Relativamente aos trabalhadores qualificados, não chega que eles existam pois, o que é que nos vale a nós termos um trabalhador qualificado, se não existe um emprego onde desempenhe essa função? Isto tem de ser completado, é aqui que existe o profissionalismo”. No que diz respeito, à via de cintura externa, referiu que temos de ter necessariamente uma ligação entre a estrada 232 e a 338, e isso implica várias intervenções, pois pela leitura do protocolo, não se consegue perceber o que é que exactamente se pretende realizar com esse protocolo. Assim pretende agora ser elucidado concretamente, onde vai existir intervenção, quais são as efectivas ligações entre as duas estradas e aquilo que vai ser afectado em termos urbanos, e quais os benefícios urbanos e concelhios que vamos ter com esse protocolo.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para referir que o Município vai ficar com parte da estrada nº 232 e com parte da nº 338 e da nº 231 e por isso o Município está legitimado para uma candidatura ao Eixo III das Acessibilidades, que é do complemento do Instituto de Estradas, para um montante até 3 milhões de Euros. Referiu ainda que, “como vimos em estudo prévio do plano de pormenor, trás vantagens e desvantagens, e aqui não houve ninguém que se opusesse formalmente a que a própria via pudesse avançar com todos os seus complementos. Vão existir duas unidades hoteleiras, uma zona de estação de camionagem, zonas de restauração, habitação, comércio, zonas de estacionamento, sendo que tudo isto foi devidamente equacionado, pois a via por si só já tem a virtualidade de deixar a 1º de Maio mais solta, mais liberta, mais destinada aos peões, pois toda a gente diz que os Centros Históricos devem ser destinados à atitude pedonal. A Via de Cintura acontecerá se houver este acordo de colaboração, se não houver este acordo, não haverá Via de Cintura.

O Senhor Deputado Albino Cardoso questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre se haverá outro tipo de intervenções, como por exemplo na Senhora dos Verdes. O Senhor Presidente da Câmara disse que já estavam previstas na Rua da Enxertada com o projecto pronto. A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão disse que o Senhor Presidente acabou de referir que fez um convite para que qualquer dos Deputados desse o seu contributo para propor medidas a incluir no plano de actividades, que poderia de certo modo melhorá-lo e enriquecê-lo, pois na verdade o Senhor Deputado Albino Cardoso já tinha esclarecido o porquê de tal não ter sido feito pois, já foram feitas várias propostas em anos anteriores, que não foram acolhidas, e aquelas que o foram, ficam-se na sua realização pela metade.

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para por à votação o ponto nº 3.1 da ordem dos trabalhos: Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2005. Foi obtida a seguinte votação: 7 votos contra, 1 abstenção e 11 votos a favor. De seguida o Senhor Presidente da Assembleia pôs à votação da Assembleia uma proposta no sentido de que o plano fosse aprovado por minuta para produzir efeitos imediatos. Posta à votação foi aprovada por maioria com a seguinte votação: 0 votos contra, 2 abstenções e 17 votos a favor.

O Senhor Deputado Albino Cardoso passou a ler uma declaração de voto que a seguir se transcreve:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

DECLARAÇÃO DE VOTO

“Prevê a Câmara um ano de 2005, dos mais frutuoso em termos de receita, c/ reflexos evidentes no investimento que pretende estrutural e reprodutivo.

Valores agradáveis de ler, com uma retórica cheia de optimismo, aliás, como é cunho do Pr. Câmara, mas que não passa disso.

Na realidade, se 2005 fosse o s/ 1º. Mandato autárquico, decerto que tínhamos fortes razões, ornamentadas com alguma utopia, para acreditar que agora sim, Manteigas iria ser bafejada por ventos a favor e registar a viragem por que anseia.

Mas não, este será o 12º. ano de mandato, não se confunda com o ensino secundário que dá acesso ao ensino superior, e, depois de olharmos para a frieza dos números e em concreto para as intenções onde os mesmos irão ou se pretende que sejam gastos, sugerem que se diga ao seu autor, o Senhor Pr. da Câmara, que a vida real de Manteigas é bem mais dura, pobre, sem oferta de emprego de espécie alguma, onde uma boa parte da população vive com medo real de ficar sem trabalho, o trabalho que lhe permite angariar o sustento com que alimenta a família e com que vai iludindo a vida, uma vida cada vez mais triste e carente.

Mas, dir-nos-á o Senhor Presidente, é preciso estarmos preparados para a mudança, para outro modo de vida, e relativamente aos problemas das empresas, trata-se de coisa privada e será a eles que compete resolver. Será! Só e exclusivamente?

Será que vamos continuar a assistir ao cinismo, à hipocrisia meramente políticas, ao deixa andar e esperar que tudo se resolva por si? Por obra e graça de quem? À custa do sofrimento de quem?

Daqueles que sem recursos se vêm resignados a uma vida de sobrevivência das mais pobres da Europa?

É neste cenário de pobreza, de incerteza, de dúvida, de ilusão, de promessas vãs, enfim, de um adiar de melhor vida a que Manteigas assiste e se define.

Este ano, fomos citados a nível nacional, como o concelho com melhor qualidade de vida, estando por isso nós todos de parabéns, mas será isso suficiente? Que benefício directo ou indirecto tivemos com esse reconhecimento?

Foi como quem diz: o que é que isso contribuiu para a nossa felicidade? Para além do reconhecimento externo a Manteigas de que o nosso modo de vida e qualidade ambiental é melhor que o de outros concelhos, nada beneficiamos, pelo menos que seja visível. Então o que é que falta para complementarmos este facto?

A resposta a esta pergunta, esperávamos nós, Partido Socialista, encontrá-la no presente Orçamento e Grandes Opções do Plano, mas, por mais que procurássemos, não vislumbrámos nada, infelizmente.

Se à qualidade de vida aliássemos o nível de vida e ambos fossem alvo do reconhecimento nacional, então sim, hoje todos brindaríamos a mais um ano de felicidade, mas tal não acontece. O presente orçamento não no-lo anuncia.

O famigerado desenvolvimento estruturante, tarda em chegar.

A oferta de emprego e necessariamente a sua procura, não se anuncia.

Os nascimentos cada vez são menos e os jovens cada vez partem mais.

As empresas de maior vulto, cada vez têm menos colaboradores nos seus quadros e cada vez têm mais dificuldades económicas, parecendo até que estão já a ser esquecidas e postas de lado, como se delas não dependessem cerca de 300 postos de trabalho.

A responsabilidade da autarquia, é muito mais do que o que nos é apresentado nas GOP, Plano de Actividades e Orçamento, sendo um reflexo grave a ausência de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

respostas às carências de Manteigas.

As intenções de projectos e execução dos mesmos, não são nem estruturantes nem solução. Serão isso sim, mais um problema financeiro.

Em face do que fica exposto, não damos o nosso voto favorável aos documentos apresentados”.

De seguida, a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão dos Santos Leitão usou da palavra para ler uma outra declaração de voto do PS em relação ao Plano apresentado, que a seguir se transcreve.”

DECLARAÇÃO DE VOTO

O Plano de Actividades para o ano de 2005, é, ao contrário daquilo que o Senhor Presidente da Câmara afirma na sua apresentação “palavroso e demagógico”, inconsequente e incoerente. Um “Bluff”.

Inconsequente, pois que as acções e investimentos, nele previstos, ditos estruturantes, designadamente os projectos de planeamento urbano, revisão do P.D.M., PU, P.P.

Plano de Pormenor da via ao Centro Histórico, salvaguarda do mesmo, Plano de Pormenor das Penhas Douradas, Plano Estratégico para o desenvolvimento do Turismo, entre outros, são propostas que já foram apresentadas a esta Assembleia no mínimo de há sete anos, a esta parte, a prová-lo estão as últimas 7 apresentações dos últimos 7 Planos de investimento, que consagram preto no branco, tais propostas.

Reconhecemos-lhe a persistência que assinala, na sua apresentação, por sabermos onde conduz, ou pretende conduzir o porquê do seu optimismo concomitante com a mesma, mas já não há paciência que aguente tanta ineficácia, tanta inércia, ausência de dinamismo e de visão clara dos problemas do concelho, e falta de capacidade de concretização.

Inocente, no seu todo, incoerências de que ressaltaremos apenas os seguintes:

- Ambiente:

- Não podemos deixar de estranhar, que alguém que diz ter preocupações ambientais, substitua na entrada principal da Vila de Manteigas, uma “mancha verde”, - que foi o Jardim de Manteigas – por uns muros de betão armado e ou se chamar “à coisa” Jardim... a inaugurar.

- Acessibilidades –

Como é que alguém pode fazer crer a outrém, que ao aderir à Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para todos, pretende melhorar as acessibilidades no concelho, todo ele acidentado, com topografia muito própria, para os que por má sorte, têm dificuldade em autolocomover-se, se persiste em demolir um dos bairros localizados numa das poucas zonas planas que existem em Manteigas – Bairro do Outeiro – que para servir aquele desiderato, seria mais adequado, reconstruir, ampliando-o, dotando-o de condições de habitabilidade e adaptá-lo aos munícipes que têm de se deslocar em cadeiras de rodas. Em lugar disso, irá nascer mais um conjunto de “Caixas de fósforos”, com uma densidade de construção, inadequada para o local, que com toda a certeza não servirá essas pessoas, por um lado, e por outro lado irá colidir com a proposta de recuperação do centro histórico, na medida em surgirá mais oferta de alojamento, em prejuízo das já existentes construídas por particulares, e propiciará a eventual deslocação de gente que ainda habita o dito Centro Histórico, e que face à não existência de um plano razoável de reconstrução, se vê impedida de nele efectuar melhoramentos.

-Turismo –

Com que fundamento se fala uma vez mais em investir e apoiar o Turismo quando na apresentação do plano para 2004, o Senhor Presidente da C.M., diz a pg. 5, da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

importância de investimentos, que não sendo municipais, lhe são tão caros?

Referimos, entre outros, a intervenção no Viveiro das Trutas, que será complementada com um parque de merendas a concretizar pela autarquia, e à construção do Aparthotel. Será que o Senhor Presidente da Câmara, se esqueceu que vendeu em 1997 pelo preço de 1.050 contos um lote de terreno, incluindo no preço o estudo prévio da construção de um Hotel na Fonte Santa, à Turistrela, para construção do mesmo, sendo que uma das cláusulas de adjudicação, consagrada no n.º 3, alínea c) do contrato seria a da Turistrela construir o dito Hotel no prazo de 24 meses, a partir do licenciamento do mesmo?

Outro compromisso assumido no contrato, seria o da criação de 20 postos de trabalho.

O que é que a Turistrela fez até à data? Nada.

Ou por outra, pediu sucessivas prorrogações do prazo, enquanto Vereadora, questionou a existência de projecto de construção de um Hotel no sítio da Fonte Santa, por parte daquela entidade.

A tal questão foi respondido pela Direcção Geral do Turismo, com a publicação do DL 167/97 de 4/7, tal projecto de licenciamento passaria a ser da Câmara Municipal de Manteigas.

E o que é que esta fez, durante quase 6 anos?

Fez accionar a cláusula 10 do contrato de adjudicação, como lhe propôs a Vereadora supra referida? Não.

E tal cláusula reza assim:

“O adjudicante deverá dar cumprimento aos compromissos assumidos dentro dos prazos estipulados, sob pena de reversão de todos os direitos para a Câmara Municipal sem qualquer indemnização”.

Em conclusão:

- Passado este tempo, de Hotel, de Aparthotel, nada para o município de Manteigas.

- A Autarquia, está em vias de perder (se é que não perdem já) um lote de terreno para construção com a área considerável de 5.070m², numa zona de escassez de solos urbanos ou urbanizável.

A Turistrela, tanto quanto noticia a comunicação social, vai avançar com a construção do Hotel no antigo Sanatório da Covilhã.

Quem ganha com tudo isto?

O Concelho de Manteigas, não, com toda a certeza.

Com a continuidade desta gestão corre o risco de ficar cada vez mais pobre. Poder-se-á chamar a isto gestão ruínosa? O Tempo não tardará a responder.

É como o Senhor Presidente da C. M. diz no Editorial do Boletim Municipal, n.º 15 ... “São admissíveis erros, porque errar é humano, são proibidos favorecimentos sustentados nas simpatias e presunções assentes em avaliações pessoais e sem objectividades.

É por isso que a Democracia sempre impõe que as instituições tenham a par do órgão executivo, o Deliberativo e o Fiscalizador”. Este último é a nossa função. É isso que justifica aqui a nossa presença.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro apresentou a seguinte declaração de voto:

Na defesa dos legítimos interesses da Freguesia de São Pedro e na perspectiva de uma boa execução orçamental no ano de 2005, nomeadamente, na realização de obras na Freguesia, que aqui represento, declaro que o meu voto é favorável.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Após uma pausa de 15 minutos, entrou-se então na discussão do ponto 3.2 da ordem dos trabalhos, **Apreciação e aprovação da proposta da Câmara Municipal sobre a alteração ao nº9 do Regulamento do PERID.**

O Senhor Presidente Assembleia referiu que existia uma proposta que foi apresentada pela Câmara Municipal, após aprovação em reunião camarária.

Usou da palavra o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos para perguntar qual a razão e interesse desta alteração.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão referiu que pela leitura do documento presume que agora deixará de existir o limite máximo de candidaturas aprovadas, que até agora existia. Perguntou ainda, se a verba inscrita em orçamento é suficiente para cobrir todas as candidaturas apresentadas.

O Senhor Deputado José Manuel José Manuel Novo de Matos pediu para reformular a sua pergunta no sentido de que se, não houver limite de candidaturas, partindo do princípio que existem muitas candidaturas, será que existe a possibilidade de dar resposta a todas as candidaturas?

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o regulamento já dizia que o limite máximo era o montante previsto em orçamento, é este que baliza o dinheiro disponível e além deste limite, existe ainda o máximo de 15 candidaturas aprovadas, em cada um dos programas. Como se alterou o volume financeiro do orçamento, e havendo número não determinado, deixando de haver o número de 15 candidaturas como limite, continuam de pé os outros critérios para aprovação.

O Senhor Deputado José Manuel José Manuel Novo de Matos usou da palavra para dizer que assim sendo, achava mais ético, dado que se vai alterar o regulamento, alterar-se para uma fórmula idêntica à que passou a expor: Anualmente será estabelecido em função do orçamento previsto para esse ano, um número máximo, pois assim o indivíduo que esteja interessado, sabe todos os anos e à partida quantos podem concorrer. Referiu ainda que de outra forma pode ser arbitrário, sendo que a questão, era que se tornasse público o número de candidaturas a aprovar. De qualquer forma concorda que não haja limite de candidaturas antecipadamente estabelecidas no regulamento.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que as candidaturas são apresentadas, podem ser 30 ou 40, mas só é seleccionado o número previsto no regulamento e salientou o exemplo este ano, em que houve mais de 80 candidaturas. Assim se a alteração for aprovada, são aprovadas as candidaturas até ao limite do orçamento.

O Senhor Vice-Presidente interveio para referir que este ano houve 76 candidaturas, e dessas 76 poderá haver pessoas que não têm rendimentos para se candidatar, e esses são logo excluídos.

Posta à votação a proposta de aprovação da proposta da Câmara Municipal sobre a alteração ao nº 9 do Regulamento do PERID foi a mesma aprovada por unanimidade. De seguida o Senhor Presidente da Assembleia, fez uma proposta para que a deliberação fosse aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos. Posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

Entrou-se então no ponto **3.3., Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara.**

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão dos Santos Leitão usou da palavra para dizer que em termos de concretização, só são assinaturas de contratos, não há nada de relevante, e “ Mutatis Mutandis” foi o mesmo do anterior.

Entrou-se então no ponto **3.4., Alteração do nº2 ao artigo 38º dos Estatuto da Comurbeiras.**

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para fazer uma proposta a fim de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que este ponto fosse aditado à ordem de trabalhos, pois quando foi distribuída a convocatória dentro do prazo legal, o mesmo não constava da ordem de trabalhos, tendo depois sido aditado por convocatória suplementar.

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade. Tendo sido admitido este ponto pela Assembleia, foi o mesmo posto à votação, tendo sido aprovada a por unanimidade a alteração do nº2 ao artigo 38º dos Estatutos da Comurbeiras.

Entrou-se no ponto 4. : **Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.**

O Senhor Deputado Germano Jesus Mamede Cleto chamou a atenção para o Jardim da entrada da Vila, pois é um bocado contrastante com o Jardim, as várias placas de sinalização que ali existem. Disse que é natural que estejam à espera da circular ao Centro Histórico, mas daqui até lá, não se sabe quanto tempo é que vai decorrer, e portanto achava que nem que fosse provisoriamente se cuidasse um pouco mais daquelas placas, porque há pequenas coisas que dão logo um bom tom à Vila. Deve-se assim valorizar um pouco mais o local, pelo menos esteticamente, pois aquilo destoa. Continuou dizendo que queria dar o apoio no que toca aos esforços realizados no sentido de se proceder à aquisição e requalificação da Casa do Povo. Quer ainda sublinhar que Manteigas é rica, pois temos muitos espaços culturais, Centro Cívico, Centro Cultural, Música Nova, Centro Cultural de São Pedro, etc. Mas o importante é que exista um espaço da cultura, que ocupe os jovens em férias e que seja alternativo ao café. Espera que exista ali a dinamização de um espaço cultural, pois aquela casa é um espaço grande e organizável em vários espaços, que pode ser repartido em várias actividades com uma polivalência de utilização.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão quis chamar à atenção do Senhor Presidente da Assembleia para a atitude que foi dada ao requerimento que foi apresentado pelo Partido Socialista, acerca de um mês e meio, e a cuja solicitação a Câmara se disponibilizou a enviar os documentos solicitados. Referiu ainda que ficou com a sensação de que o Senhor Presidente da Assembleia ficou indignado, não tendo a Senhora Deputada percebido o porquê, se foi por ter requerido que lhe fossem facultadas fotocópias para ter conhecimento de uma situação. Em relação ao assunto apenas quer dizer que só estava a exercer, uma vez que já tinha pedido a autorização conforme confere a lei, um direito. Para tanto invocou a lei, no artigo 53º al. f) e h), e foi o que o P.S. fez ao elaborar tal requerimento. E continuou referindo que dizem que os documentos estão disponíveis, mas isso já o sabia. Só que parece que de acordo com o artigo 68º, têm mesmo de ser enviados, e só estava a poupar este trabalho. Passados esses 30 dias, e aquilo que foi pedido teria que ter sido enviado e não tinha de ser dito que estava à disposição dos membros da Assembleia a partir daquele momento isto porque, na 1ª reunião do Executivo Municipal, datada de 9/01, aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse para todos os presentes foi que estará sempre disponível para dar resposta às solicitações que forem necessárias. Pensa a Senhora Deputada que esses documentos que dizem estar à disposição lhe devem ser enviados, tal e qual como foram pedidos. Pede ainda que quando houver próximas solicitações se pautem por esse comportamento. O Senhor Presidente da Assembleia disse que o que lhe tinha transmitido foi que, no fim da sessão da Assembleia lhe daria uma fotocópia.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão disse que até este dia ainda não tinham sido enviadas as fotocópias e que está à espera que cheguem.

O Senhor Deputado Umberto Massano Leitão usou da palavra para falar nesta Assembleia sobre 3 assuntos de importância para o concelho. Em primeiro lugar, falou do ambiente, nomeadamente sobre as árvores. Referiu que, já não é a primeira vez que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

levanta questões sobre o corte de árvores pois, já falou sobre o corte de eucaliptos no Ribeiro das Fornêas, sobre o corte de um pinheiro nas Forçadas, que era o maior que existia em Manteigas, e agora é com a maior tristeza que vê um pinheiro a morrer no Jardim Municipal. Tal situação é lamentável, pois em vez de florescerem árvores, floresce o cimento. Alertou ainda para a colónia de carvalhos que existe junto à capela de São Lourenço que, segundo um Senhor Engenheiro da Universidade de Trás-os-Montes, em Portugal só existe um carvalho mais antigo no país, do que todos aqueles. Pediu assim ao Executivo e a todos os presentes, que se empenhem um pouco mais na defesa do património ambiental. Em segundo lugar o Senhor Deputado, referiu-se às atitudes que as empresas de telefone e de electricidade tomam não só ao invadirem as propriedades privadas de terceiros, bem como, quando cortam plantas ali existentes. Na maior parte dos casos, não pedem autorização a ninguém e tal facto pode trazer muitos inconvenientes. Sabendo que é necessário salvaguardar os espaços para as linhas passarem, acha que seria de “bom-tom” que as empresas tivessem um bocadinho de sensibilidade e se dirigissem previamente aos proprietários, para que estes soubessem à partida o porquê do corte dos seus castanheiros e pinheiros. Disse ainda o Senhor Deputado Umberto Massano Leitão que isso aconteceu na Rua de São Marcos, na colocação daqueles candeeiros, que na sua opinião descaracterizam aquela zona. Porque foi mal planeado e os passeios ficaram demasiado estreitos, e os candeeiros não podem ser colocados nos passeios; e sem que se falasse previamente com as pessoas, colocaram os candeeiros nas paredes dos moradores. Pediu então ao Executivo que sensibilize as empresas para que antes de qualquer trabalho a realizar, contactem com os proprietários, e só depois procedam à realização dos seus trabalhos. Pois aquilo contra o qual está contra é o abuso e não o progresso.

Em terceiro lugar, falou dos W.C. da Praça Luís de Camões. Referiu que anda ali um “sururu”, que diz que já não abrem os W.C. na Praça Luís de Camões, e isto porque foi fechado o respirador, ali antes existente. Questionou então a Câmara Municipal acerca da reabertura dos W.C. ao público. Pois só assim poderá comunicar às pessoas que o questionam acerca do assunto.

O Senhor Deputado Albino Cardoso usou da palavra para informar a Assembleia de que recebeu uma carta dirigida aos Deputados do Partido Socialista, enviada pelo Senhor José Gabriel André Branco Lopes e uma vez que só a recebeu no dia anterior, não teve oportunidade de comunicar o seu conteúdo, aos Deputados do seu Partido.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia para dizer que também recebeu essa carta e que iria dar conhecimento a todos os Srs. Deputados.

O Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado referiu que os Deputados do P.S.D. também receberam essa carta, mas como consideraram que este assunto não é da competência da Assembleia, dado que os actos que a Câmara pratica são da responsabilidade dela própria, não acharam importante estar a discutir este assunto.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão solicitou que fosse lida a carta para saber se somos ou não competentes para a apreciar.

O Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado passou a ler a referida carta.

Acrescentou o Senhor Deputado que perante a carta que acabou de ler, na sua opinião não compete à Assembleia Municipal fiscalizar um por um e em concreto cada um dos casos apresentados. Compete sim, é ser alertada para alguma irregularidade que possa acontecer, e na sequência dessa irregularidade ir analisar.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão usou da palavra para dizer que o município enviou outra carta anexa, onde realça 4 casos concretos.

O Senhor Deputado José Manuel José Manuel Novo de Matos que referiu que também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

recebeu a carta, disse que tinha pena que não tivessem acompanhado a carta, as fotografias que ele diz que vinham anexas. Salientou ainda que, esta crítica tem toda a razão de ser, pois “para que serve uma Assembleia Municipal?” (Entenda-se a crítica efectuada pelo Senhor onde diz que “ não sabe o que é que andam a fazer os vários Deputados...”, na carta enviada aos vários grupos municipais). Pois no entendimento do Senhor Deputado, “nós estamos cá para fiscalizar o Executivo”.

O Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado, referiu que na sua opinião, e isto sem fugir às suas responsabilidades, porque não se sente culpabilizado por essa situação, não compete aos Deputados da Assembleia, estar preocupados com o licenciamento das obras. Isto compete aos serviços técnicos da Câmara, aos Srs. Vereadores, que têm responsabilidade de decidir e ao seu Presidente. Naturalmente, se formos alertados para qualquer irregularidade que possa ter acontecido, aí sim já temos obrigação de pedir à Câmara que nos traga o processo para podermos analisar. A carta em si, a sua essência não tem razão de ser, quando se pergunta: O que é que têm andado a fazer ao longo do mandato, relativamente a este assunto?”. Não lhe parece que seja importante.

O Senhor Deputado José Manuel José Manuel Novo de Matos referiu que os casos devem ser visíveis.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão usou da palavra para dizer que se o Senhor enviou a carta para a Assembleia, onde faz referência a estes casos concretos, tem de lhe ser dada uma resposta.

O Senhor Deputado José Manuel José Manuel Novo de Matos interveio para sugerir que a Assembleia questione o Executivo sobre estes casos, para sabermos se é verdade, ou se por outro lado, não é verdade. Depois de se investigar e discutir o assunto, deve tomar-se uma posição, e dar uma resposta ao munícipe.

O Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado disse que se nós enquanto Assembleia decidirmos que isto deve ser analisado e revisto, claro está que vai ser debatido. Agora a carta isolada e da forma como é posta a questão, é obvio que não faz sentido.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão aproveitou para dizer que a carta anexa contém algo mais grave pois, o munícipe fala em casos concretos, como por exemplo, num processo de construção em zona R.E.N.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que, em sua opinião, o assunto está em sede própria para o analisar, ou seja, na IGAT, pois o que o munícipe comunicou esse envio para a IGAT.

O Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado disse que podemos ir à procura do que está mal, podemos pedir os projectos e analisar. Antes disso não nos compete estar a averiguar.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão referiu que o autor da carta disse que são por demais conhecidos e evidentes as situações em que existem irregularidades.

O Senhor Deputado Germano Cleto disse que se o munícipe pediu a um organismo responsável para averiguar a situação, não nos devemos nós antecipar na avaliação.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão pediu ao Senhor Presidente da Assembleia para ler o último parágrafo da carta enviada para a mesa da Assembleia pelo Senhor J. Branco. De seguida procedeu o Senhor Presidente da Assembleia à leitura do último parágrafo da carta, onde consta o seguinte: “Como responsável da Assembleia que dirige, solicito a V.Exa se digne propor aos membros desta Assembleia, medidas concretas de actuação no sentido de ser reposta a legalidade democrática no nosso concelho “.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão referiu que perante isto e se ele já enviou a carta, e se estivesse no lugar do Senhor Presidente da Assembleia, em sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

opinião o que deveria ser proposto a esta Assembleia, era que essa carta fosse também enviada da Assembleia Municipal para a IGAT.

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos disse que teoricamente a Câmara devia responder a esta Assembleia, sobre esses problemas levantados. Pois todos os presentes têm de perceber se esta Assembleia está a actuar bem ou a agir mal.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que teve conhecimento nesta Assembleia do conteúdo deste assunto. Aproveitou para dizer que existem aqui umas ligeiras confusões, relativamente a estas matérias. Acrescentou ainda que, os órgãos presentes, a Câmara por um lado, a Assembleia por outro lado, têm competências próprias, e a competência de fiscalização não é a do caso a caso. Pois a Câmara tem competência própria relativamente ao licenciamento, à habitabilidade ou outras. Estes licenciamentos, em princípio, serão produzidos legitimamente ou não, e é isso que está em causa. Se foi legítimo ou ilegítimo, se foi legal ou ilegal, não compete a esta Assembleia aferir da ilegalidade do comportamento. Compete exactamente a este órgão (IGAT), que é um órgão supra partes e que não tem nada de político, vir inspeccionar uma reclamação, que podia partir desta Assembleia também. Agora, aferir da legalidade, relativamente à matéria de competência própria, não". Continuou o Senhor Presidente da Câmara para referir que onde se sentiu mais ofendido, foi na parte onde diz é que seja reposta a democracia no nosso Concelho. Perante tal afirmação, acha que estão todos a ser ofendidos, pois está a ser posto em causa, que existem comportamentos que não são democráticos. O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda que, podia ser posto em causa que teria havido ilegalidade por omissão, ou insuficiência, mas daí chegar até à falta de democracia, é uma coisa grave. Pois fiquei sentido, e não admito que ninguém ponha em causa que nos meus procedimentos, não respeite a democracia. Admitiu, por outro lado que pode ter erros involuntários. Pois o que aqui se põe em causa é que se actua discricionariamente relativamente aos munícipes do nosso concelho. As deliberações da Câmara relativamente aos licenciamentos são tomadas da seguinte forma: Pelo Presidente ou por quem ele venha a delegar depois dos pareceres devidos e necessários, de seguida é apresentado ao vereador do pelouro, que por sua vez e se houver subdelegação do Executivo, o apresenta ao Executivo. Nisto não há falta nenhuma de democraticidade. Relativamente aos casos apresentados estão disponíveis, salvo os que ainda não foram licenciados, onde só o próprio particular pode ter intervenção; após o licenciamento, todos os processos têm livre acesso. O processo deste signatário, que já propôs uma acção contra a Câmara, relativamente ao seu caso próprio e que foi colocado em Tribunal Administrativo, que não lhe deu razão, agora foi colocado perante a IGAT, que vai agora aperceber-se se houve ou não alguma ilegalidade, na condução do presente processo. Continuou dizendo que, não concorda com a acusação de falta de democracia. Agora, se a Assembleia quer que a Câmara lhe diga se os casos estão bem do seu ponto de vista, a Câmara explica. Se não querem saber, porque os casos foram para a IGAT, isto já não é comigo, já diz respeito à Assembleia. Pois os processos estão todos ao dispor dos elementos da Assembleia. Mas com toda a certeza que iremos dar todos os elementos ao IGAT. Assim esta Assembleia pode pedir todos os elementos à Câmara que os facultará, para que averiguem se houve algum défice democrático. Aqui parece que o que se procura fazer é estabelecer um elo de ligação do tipo passou este caso, passou outro, o meu que é análogo ou idêntico, não passou. Agora é preciso ver se os restantes processos sofreram todo o andamento natural, se cumpriram toda a legalidade ou se não cumpriram. Daí que, não há absolutamente nada que se conforme com a falta de democracia em termos de comportamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos referiu que se o Senhor apresentou 4 casos, onde em 3 existem irregularidades e ilegalidades e como ele diz, “perfeitamente definidos e demonstráveis”; tendo fotografado a demonstração das irregularidades; e o outro caso, que é o dele, em que parece, segundo ele diz, que estava tudo bem e não autorizaram e se ele é uma pessoa “normal”, e diz que o caso dele está todo perfeito, e não permitiram que ele fizesse a construção; e se é, por aquilo que ele diz, porque não é da mesma cor política deste executivo, aí é evidente que ele neste caso específico, tem toda a razão naquilo que diz, quando refere que neste caso houve uma quebra de atitude democrática, neste caso específico, por parte do Executivo.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara para dizer que a Câmara limita-se a funcionar como intermediária entre o Parque Natural e o requerente, isto no que diz respeito aos processos que necessitam, nos termos da lei, do parecer do Parque Natural. Este dá os pareceres que muito bem entender, sem que a Câmara se sinta legitimada ou ilegítimada. Sente-se legitimada quando o parecer é positivo, sente-se, quando o parecer é negativo. Pois há uma entidade que representa a REN, e se estamos na área do Parque Natural, é o Parque que sobre estas matérias se pronuncia, e o Parque ao pronunciar-se deixa que a Câmara possa prosseguir. Se por outro lado, o Parque diz não ao requerimento que é pertença do interessado e que é enviado pela Câmara como intermediária, a Câmara transmite essa informação que lhe chega, ao Município. Ora, o município até pode ir directamente ao Parque, desde que depois chegue Câmara munido de todos os pareceres necessários e indispensáveis e perante isso, a Câmara Municipal apreciará nos termos da lei. O Parque sobre esta questão foi chamado e avaliou; e vem agora dizer-se que a Câmara não cumpre?”

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão usou da palavra para expor que o Senhor Presidente da Câmara está a dizer que a Câmara age como intermediária entre o requerente e o Parque, e que disse que age no estrito cumprimento das orientações do Parque. Pois, ao analisar a carta do município, reparou num processo que ela conhece, e que foi licenciado pela Câmara Municipal, com parecer negativo do Parque, porque foi construído em zona REN, em leito cheio. Questionou então sabe o que é que aconteceu há 6 anos? Veio aquela derrocada da barroca e por milagre, é que a casa não foi destruída.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara para dizer que esse processo tem parecer favorável.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão contrapôs, dizendo ao Senhor Presidente, que lhe mostrava o parecer negativo. “Que diz que é nulo, porque é contra os pareceres dos técnicos do Parque, porque está situado em zona de leito cheia”. Referiu ainda que tem em seu poder o parecer negativo e que irá mostrá-lo. O Senhor Presidente aproveitou para referir que não está aqui para se sujeitar as suspeições indevidas de terceiros, seja de quem for, porque efectivamente o que aqui foi posto em causa foi se havia ou não havia democraticidade. Ele entende que há democraticidade porque se discutiu o problema livremente, o problema está colocado na IGAT e isto é uma prova evidente da democracia, pois a Câmara irá se chamada pela IGAT. Agora sobre o processo do requerente, o que sabe é que o processo foi apresentado na Câmara, e o Parque deu parecer negativo; e sabe também que o requerente pôs o caso em tribunal, e o tribunal não lhe deu razão. Agora recorre por outra via, em razão dos seus argumentos, que vêm por em causa os procedimentos que existiram em diversos casos. Referiu ainda que, a Câmara nunca se pronunciou sem que outras entidades obrigatoriamente se tenham pronunciado. Se puserem em causa algumas deliberações, não será então as da Câmara, mas os pareceres a montante da decisão da Câmara. Sobre isso o Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Presidente disse já não se pronunciar.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão disse que recebeu neste dia os pareceres que solicitou ao Parque, sobre os processos que referiu. Pois não lhe foram facultados e pediu-os directamente ao Parque Natural.

O Senhor Vereador José Quaresma Pinheiro disse-lhe que, enviou para a Senhora Deputada, no dia 10 de Dezembro todos os elementos que solicitou à Câmara, através de carta registada.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que em nome de todo o Executivo, não aceita as insinuações de falta de democraticidade, relativamente à matéria em questão.

Usou da palavra o Senhor Deputado José Gabriel Cleto Lopes da Rosa, que sobre o assunto que vem sendo debatido disse que, ficou com a sensação de que a maioria dos Deputados presentes, não tem conhecimento de nada. Propunha então que a Assembleia propusesse à Câmara que lhe enviasse uma informação pormenorizada sobre o assunto, para se saber o que realmente se passa.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que existia um carta que foi enviada ao Presidente da Assembleia Municipal de Manteigas com o conteúdo já conhecido, e perguntou à Assembleia qual era a opinião da Assembleia, para saber qual a atitude a tomar.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão usou da palavra para sugerir que a carta fosse enviada para o órgão próprio.

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos sugeriu que se respondesse ao interessado que a Assembleia tomou conhecimento e que foi discutido o problema nesta Assembleia, e que se percebeu que o processo já tinha evoluído acima das competências da Assembleia e que por isso esta Assembleia, espera o resultado da evolução do processo, para depois tomar uma posição em função disso, do que lhe dará atempadamente informação.

O Senhor Deputado José Gabriel Cleto Lopes da Rosa, referiu que esta Assembleia deve votar uma proposta em que se solicite à Câmara uma informação pormenorizada sobre o assunto e depois dar-se a resposta ao Município.

O Senhor Presidente da Assembleia questionou os vários Deputados sobre a existência de alguma proposta acerca do destino a dar ao solicitado pelo Município que enviou uma carta ao Senhor Presidente da Assembleia, com o conteúdo que vem sendo tratado.

Surgiram duas propostas. Uma do Senhor, Deputado José Lopes Gabriel, com o seguinte conteúdo: “Proponho que a Assembleia Municipal delibere no sentido de pedir uma informação pormenorizada sobre o assunto do Senhor José Branco Lopes”. O Grupo Municipal do P.S.D. apresentou a seguinte proposta, cuja leitura foi efectuada pelo Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado: “Propõe-se ao Senhor Presidente que comunique ao município que face à questão que coloca e estando já a participação na entidade competente para fazer a respectiva análise, fica esta Assembleia, a aguardar o resultado da participação. Deve ser dada uma resposta ao município, dada a carta que nos enviou. Se a Câmara entender que deve dar alguma resposta relativamente ao que vem sendo discutido, uma vez que teve conhecimento do caso aqui, à Assembleia também o deve fazer”.

Interveio o Senhor Deputado Albino Cardoso, para dizer que todos nós sabemos como funcionam os organismos públicos, e não só, mas particularmente, nestas alturas de eleições, e então a resposta da IGAT pode vir daqui a um ano, e nós só daqui a um ano é que vamos responder ao município, sendo que entretanto todos os que aqui estivemos, aceitamos as críticas que nos foram dirigidas na carta enviada.

O Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado disse que a proposta por si



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

apresentada, nada tem que ver com a situação a que o Senhor Deputado Albino Cardoso se está a referir. A única coisa que quer salvaguardar é que seja dada uma resposta ao munícipe. Tanto lhe faz que seja através do pedido formal dos processos à Câmara análise por esta Assembleia, como seja através de da comunicação ao munícipe do que a Assembleia decidiu, ou seja de que fica a aguardar a resposta da IGAT.

O Senhor Deputado Albino Cardoso para dar um exemplo da demora, refere o relatório de inspeção da IGAT.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal diz que ainda não tem o relatório, logo não o pode enviar à Assembleia.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão pede então um esclarecimento: “Se não tem o relatório, porque é que está a tomar procedimentos de sugestões proferidas pela Inspeção da IGAT, na sanação de irregularidades que se verificaram; pois, isto vem numa acta da Câmara”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a IGAT fez algumas observações e enviou essas observações. Agora aguardam a conclusão e envio do relatório.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação de todos os Deputados, uma proposta de admissão das 2 propostas atrás referidas. Posta à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

De seguida foi posta à votação a proposta do Senhor Deputado José Gabriel Cleto Lopes da Rosa, tendo obtido a seguinte votação: 0 votos contra, 3 abstenção e 16 votos a favor. Foi a mesma aprovada por maioria. Posta à votação a proposta apresentada pelo Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado, obteve a seguinte votação: 2 votos contra, 1 abstenção e 16 votos a favor. Foi a mesma aprovada por maioria.

O Senhor Deputado José Gabriel Cleto Lopes da Rosa usou da palavra para pedir uma informação à Câmara sobre o corte das árvores que se está a fazer junto ao Centro de Saúde, pois nos Países da União Europeia vê-se que estas árvores que têm 20, 30, 40, 50 anos e algumas centenárias, são transplantadas.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que o licenciamento para a realização da obra no Centro de Saúde, não é pedido à Câmara, pois como devem saber a Administração Central não pede licenciamentos à Administração Local.

O Senhor Vereador José Quaresma Pinheiro usou da palavra para responder à questão levantada pelo Senhor Umberto Massano Leitão relativamente aos W.C. da Praça Luís de Camões. Começou por salientar que, como todos devem ter conhecimento, aquela obra foi licenciada na condição de se manterem naquele local, as casas de banho. Agora, estão a aguardar que sejam as mesmas entregues à Câmara para que posteriormente sejam abertas ao público.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, perguntou ao Senhor Vereador, se as casas de banho já estavam concluídas e se ficavam por “baixo” da casa, tendo acrescentado que não faz nenhum sentido que umas casas de banho públicas fiquem por baixo de uma casa de habitação privada. Esta constatação foi corroborada pelo Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos. Acrescentou ainda a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, que o certo é que o Largo da Misericórdia não pode ficar sem umas casas de banho, mas pode haver alternativas àquelas, como por exemplo umas casas de banho amovíveis, iguais às que existem já em Manteigas, pois até por condições de higiene não deviam ali ficar.

O Senhor Deputado Umberto Massano Leitão referiu que quando o assunto foi trazido à Assembleia, ficou-se com a sensação de que o promotor da obra, uma vez que iria usufruir do espaço superior às casas de banho, que era propriedade da Câmara, ficava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

com a obrigação de colocar as louças nos W.C. novos e manter as mesmas decentes, ou seja fazer um arranjo global nas casas de banho.

O Senhor Vereador José Quaresma Pinheiro, lembrou que já tinha referido, que a obra foi aprovada nessa condição, de que as casas de banho iriam ali continuar e está na aprovação do projecto essa condição. Agora se o proprietário nos vier propor uma alternativa, em que venha propor uma deslocalização das casas de banho, já é diferente.

O Senhor Deputado Umberto Massano Leitão pediu atenção para o facto de que antes de tomarem qualquer decisão, devem ouvir as pessoas.

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para desejar a todos os presentes, bem como às suas famílias as Boas Festas.

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, pelo que deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida, comentada e votada, será assinada.

A Mesa
